



## O NÍVEL DE LETRAMENTO POLÍTICO INFANTOJUVENIL: EDUCAÇÃO POLÍTICA COMO UM DIREITO DEMOCRÁTICO

### THE LEVEL OF POLITICAL LITERACY AMONG CHILDREN: CIVIC EDUCATION AS A DEMOCRATIC RIGHT

Lucio Meireles Martins\*

**Resumo:** Este artigo analisa o letramento político infantojuvenil com base em sondagem de opinião. Utiliza-se como método a análise de conteúdo e a teoria fundamentada nos dados. Conceitos da educomunicação e da cultura política, no contexto brasileiro, são abordados como perspectiva teórica. Verifica-se um baixo nível de letramento político e uma desconfiança quanto à política, como já estudado entre adultos.

**Palavras-chaves:** Educação Política; Educomunicação; Cultura Política; Plenarinho.

**Abstract:** This article analyzes the political literacy of children and preteens based on opinion poll. Content analysis and grounded theory are used as method. Concepts of media-literacy and civic culture in the Brazilian context are discussed as a theoretical perspective. There is a low level of political literacy and a distrust of politics, as founded among adults.

**Keywords:** Political Literacy; Media Literacy; Civic Culture; Plenarinho.

#### 1 Introdução

Este artigo visa debater a educação política de crianças de 7 a 14 anos. Utilizam-se para essa análise dados levantados pelo Programa Plenarinho da Câmara dos Deputados. O Plenarinho desenvolve ações educacionais voltadas à formação política por meio de um *website* e estratégias de comunicação dirigida e aproximativa. Entre as atividades, o Projeto Eleitor Mirim, aqui focado nas suas edições de 2010 e 2012, nos anos eleitorais, incentiva e orienta práticas pedagógicas por professores do ensino fundamental. As temáticas abordadas são política, democracia, cidadania e Legislativo. Os professores inscritos e selecionados são orientados a aplicar um questionário estruturado abordando as temáticas do projeto. O

---

\*Lucio Meireles Martins, graduado em Comunicação Social / Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina, pós-graduado em Instituições e Processos Políticos do Legislativo pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. É Analista Legislativo da Câmara dos Deputados ([lucio.martins@camara.leg.br](mailto:lucio.martins@camara.leg.br)).

levantamento resultou num universo de 300 crianças de quatro cidades na edição de 2010: Araçatuba (SP), Araraquara (SP), Manaus (AM) e Salvador (BA). Na edição de 2012, 219 crianças responderam em outras quatro cidades: Camboriú (SC), Corbélia (PR), Piedade (SP) e Brasília (DF). Estes dados são aqui analisados por meio de técnicas metodológicas da análise de conteúdo e da teoria fundamentada nos dados. Nesse sentido, buscou-se por meio da técnica da categorização uma leitura interpretativa de sentidos ocultos nos enunciados apresentados. O desenho metodológico não visa à verificação de hipóteses, mas sim à elaboração de teorias acerca dos fatores sociais e psicológicos que levam à construção dos textos analisados, conforme propõe a teoria fundamentada nos dados.

Este estudo tem como temáticas centrais a cultura política brasileira e a educação política como um direito democrático. Dessa forma, apresentam-se a seguir noções teóricas que embasam essa análise do nível de letramento político entre crianças.

## **2 Cultura Política**

A desconfiança em relação ao Poder Legislativo é fato por todo o mundo. Há uma crise de representação, pois os cidadãos das democracias em diferentes níveis de desenvolvimento não se veem representados, ou mesmo não consideram importante a manutenção deste que é um dos pilares da própria democracia. Na linha dos estudos culturalistas, José Álvaro de Moisés vem realizando pesquisas sobre a cultura política brasileira desde o período da redemocratização. Percebem-se atitudes contraditórias de adesão à democracia e, ao mesmo tempo, falta de confiança nas instituições políticas. Conforme expõe Moisés,

os índices mais altos de confiança se referem a poucas instituições públicas e privadas que são baseadas em estruturas hierárquicas, como a igreja e as forças armadas; além disso, os brasileiros também se caracterizam por sua escassa confiança nas pessoas – em especial, as que estão longe de sua intimidade ou da convivência caracterizadas por laços de sangue – como colegas de trabalho e estranhos em geral (2010, p. 271-272).

Entre as instituições que apresentam menor nível de confiança, estão os partidos políticos, empresários, Congresso Nacional, Governo, sindicatos e as leis do país, em ordem crescente. Já aquelas com maior nível de confiança, em ordem crescente, são: televisão, forças armadas, igreja e bombeiros. Segundo Moisés, os resultados desse e de outros estudos empíricos indicam que essa desconfiança das instituições políticas e da coletividade pode explicar em parte a falta de participação política (MOISÉS, 2010, p. 272).

Em contraponto ao descrédito dos partidos políticos e do Congresso Nacional, a maior confiança atribuída ao Poder Executivo, construída historicamente, gerou o que Carvalho (2001) denomina de “estadania”. Nessa concepção, o governo é o ramo mais importante do Estado, aquele do qual vale a pena aproximar-se. Reforça-se assim a centralidade do Executivo, arrefecendo-se a representação política. Nesse sentido, o desprestígio da classe política recai de forma mais acentuada nos vereadores, deputados estaduais e federais e senadores.

A relativa confiança depositada nas emissoras de televisão — em especial no jornalismo televisivo, que é o principal meio pelo qual a população brasileira obtém informações sobre as demais instituições listadas — engendra um paradoxo. Estudos do jornalismo têm demonstrado que os critérios de noticiabilidade se voltam mais para a polêmica, para os conflitos ou escândalos do que para uma análise ampla da esfera pública (RODRIGUES, 2010). O Poder Legislativo, em especial, tem sua imagem construída com base nessa cobertura enviesada da política, conforme apresenta Rodrigues em pesquisa empírica, pois o Executivo pontualmente é inquirido quanto à sua ação quando denúncias são noticiadas, enquanto o Legislativo é questionado de forma mais constante. Para Luiz Felipe Miguel (2008), de forma geral o Legislativo é apresentado como um campo de competição, de disputa por espaços entre eternos candidatos ao poder, de forma semelhante a uma corrida de cavalos (*horse race*). Essa maneira de olhar para os fatos políticos e difundi-los contribui para a desconfiança em relação à política e aos políticos, dificultando a legitimação do regime democrático e gerando uma “ingovernabilidade da democracia”. Assim, ao mesmo tempo que o jornalismo é ator fundamental da democracia, ao facilitar a vigilância da atuação dos agentes políticos, também ajuda a construir a desconfiança em relação às instituições que suportam o regime democrático.

Essa carga de negatividade simbólica atribuída à política afeta diretamente as crianças, que assistem praticamente aos mesmos conteúdos que os adultos, principalmente quanto ao jornalismo, que é socialmente considerado um produto crível e adaptado a todas as idades. Antes mesmo de a criança aprender o que seria o bom político — por exemplo, um parlamentar engajado em causas nobres ou um gestor público eficiente e responsável —, ela conhece, principalmente pela televisão, o político corrupto, fisiologista e clientelista.

Cabe ressaltar, no entanto, que a construção simbólica do que é a política e qual sua função não acontece apenas a partir dos produtos midiáticos. Ela também se concretiza na interação cotidiana e no meio escolar, ambiente privilegiado para a apreensão de conhecimentos e valores sobre a sociedade.

### **3 Educação política**

A educação política objetiva formar cidadãos com oportunidade de realizar escolhas de forma mais consciente. Isso geraria a “verdadeira reforma política”, ou seja, uma educação que revolucionasse nossa democracia. Porém, Dantas salienta também que valores culturais arraigados dificultam essa mudança, pois a política ainda é assunto “proibido” em diversos ambientes e associado a práticas negativas. Também se verifica certa resistência de dirigentes, mesmo das instituições de ensino, a aceitar a importância dos grêmios estudantis e centros acadêmicos como iniciadores da prática política na juventude (2010, p. 13). Deve ser ressaltada uma vinculação entre os “costumes democráticos e o regime democrático, assim como a importância da educação política para a salvaguarda da ética e do respeito às instituições”

(BENEVIDES, 1996, p. 229).

O cidadão ativo só tem uma forma de se viabilizar, que é pela educação formal e intencional para o exercício da democracia, pois as regras do jogo existem e devem ser conhecidas e respeitadas. Nesse sentido, Dantas se utiliza de uma posição de Theodor Marshall (1967), segundo o qual essa deve ser uma regra da coletividade perante cada indivíduo, e os conhecimentos essenciais acerca da política para a vida em sociedade devem ser conhecidos por todos (2010, p. 8). Ou seja, a educação política deve ser reconhecida como um direito.

Para Benevides (1996), o termo que melhor reflete essa intenção de educação política na atualidade é educação para a democracia (EPD). Para a autora, a educação deve ser formadora de governantes potenciais, deve objetivar a formação de um povo soberano e participativo. Esse objetivo seria atingido pela formação para valores republicanos e democráticos e pela educação para a tomada de decisões em todos os níveis. Três dimensões devem ser abordadas nesse processo: a formação intelectual e a informação, a educação moral e a educação do comportamento (BENEVIDES, 1996).

A primeira dimensão da EPD apresentada consistiria na formação do cidadão para viver os valores republicanos e democráticos, que se relacionam diretamente com a tríade da Revolução Francesa e com as sucessivas gerações dos direitos humanos, que incluem as liberdades civis, os direitos sociais e os de solidariedade para com toda a humanidade. Benevides destaca também que essa formação, a partir de tais valores, “torna o ser humano mais consciente de sua dignidade e de seus semelhantes”, o que estaria relacionado diretamente à solidariedade e ao exercício da soberania enquanto cidadão. A partir dessa consideração, Benevides expõe um paradoxo, pois a educação pública é empreendida pelo estado, “mas ela visa a fortalecer o povo perante o estado, e não o contrário” (1996, p. 228). Essa última afirmação demonstra claramente que o estado, por meio da educação, não deve promover a dominação, mas sim a sua formação crítica. Nesse mesmo sentido, a autora afirma que a EPD visa formar a capacidade de saber discutir e escolher; aqui ‘escolha’ se refere aos modos de vida, aos costumes, aos debates da esfera pública e não à simples participação na escolha de representantes.

A segunda dimensão da educação para a democracia, na concepção de Benevides (1996, p. 228), consiste na cidadania ativa, na formação para a participação na vida pública, como cidadão governante, no sentido de que a educação propicie conhecimentos, sentimentos e valores relevantes para a ação na esfera pública e a tomada de decisões de interesse da coletividade. Intenciona-se formar para o enfrentamento de problemas, tendo como critério de julgamento sempre o de justiça. Mas quais são esses valores republicanos que fazem parte da primeira dimensão da EPD e que devem embasar a ação do cidadão, ou seja, sua cidadania ativa? Para ela, esses valores são: *o respeito às leis*, acima da individualidade, mas com uma função educadora e considerando-se elaboradas em processos de ampla participação; *o respeito*

ao bem público, acima do interesse privado e patriarcal; e o sentimento de responsabilidade no exercício do poder, valor que se traduz nos significados dos termos da língua inglesa *accountability* e *responsibility* (idem, 1996, p. 230-231, grifo meu).

Os valores democráticos são colocados lado a lado com os valores republicanos já expostos e podem ser sumarizados como: *reconhecimento da igualdade*, que importa no repúdio a qualquer tipo de privilégio; *respeito aos direitos humanos*, que se relaciona ao direito de uma vida digna e traz consigo o valor da solidariedade; *acatamento da vontade da maioria legitimamente formada*, respeitando-se os direitos das minorias, a diversidade e mantendo-se a tolerância (idem, 1996, p. 230-231, grifo meu).

A escola é a instituição mais estruturada e com finalidade intencional de moldar o caráter cívico e político dos jovens. Existem, porém, outros agentes que influenciam a socialização do educando, como a família e a mídia. Trata-se de instituições que apresentam pouca relação com os sistemas de ensino, o que gera certo confronto, pois a sociedade e sua cultura midiática informam e formam sem a mediação da escola. Com essa justificativa, Albalá-Bertrand afirma que é necessária a formulação de uma política educacional com estratégias que possam assegurar um impacto real na educação, no sentido de gerar a educação política (1999, p. 36).

Niemi e Junn (1999) apresentam estratégias simples que podem contribuir para os processos educacionais relacionados à política. Entre essas propostas, está a de iniciar esses estudos por meio do âmbito local, municipal: “(...) é provável que os estudantes possam fazer generalizações das experiências locais para os níveis estaduais e nacionais com muito mais facilidade do que no sentido inverso”. Partindo dessa visão, afirmam que os educandos podem aprender com maior facilidade sobre o funcionamento dos governos locais, por meio de contatos pessoais com legisladores, juízes e funcionários públicos, por exemplo. A abordagem de problemas sociais reais na educação pode facilitar esse entendimento, evidenciando-se como os interesses de grupos organizados se relacionam e como a política faz parte das relações sociais. Apesar de parecer evidente essa proposta pedagógica que parte do ambiente micro para o macro, em termos de entendimento do governo não existem livros didáticos sobre governos locais (1999, p. 69-71)<sup>1</sup>.

A educomunicação, quando se utiliza de estratégias de expressão comunicativa com forte relação com a realidade sociológica das crianças, representa um caminho para a ampliação do horizonte educacional. A produção coletiva de jornal escolar, por exemplo, ao abordar problemas sociais vivenciados localmente, pode possibilitar a aprendizagem tanto das atribuições de instituições públicas quanto dos direitos sociais e políticos.

---

<sup>1</sup> Essa é uma realidade norte-americana que se repete no Brasil, tanto no âmbito do sistema educacional como em práticas não formais desenvolvidas por organizações não governamentais.

Segundo Freire, a consciência crítica apenas pode ser alcançada num processo educativo de conscientização, conforme afirma:

(...) se a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito e não objeto, só poderá desenvolvê-la na medida em que, refletindo sobre suas condições espaço-temporais, introduz-se nelas, de maneira crítica. Quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais “emergirá” dela conscientemente “carregado” de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais (FREIRE, 1979, p. 61).

De forma congruente à centralidade da expressão na educação apresentada por Celéstino Freinet no início do século XIX, Freire destaca o ímpeto criador do homem, que nasce da sua inconclusão. Nesse sentido, “a educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar. A educação deve ser desinibidora e não restritiva” (FREIRE, 1979, p. 32). Ao desenvolver essa capacidade criativa, desenvolve-se uma consciência criadora e comunicativa, o que favorece a democracia e uma sociedade mais justa, conforme nos ensina Paulo Freire (1979, p. 38).

#### 4 Nível de letramento político infantojuvenil

Os dados aqui analisados são provenientes do Projeto Eleitor Mirim em suas edições 2010 e 2012, em períodos anteriores às eleições. Nessas ocasiões, o Programa Plenarinho desenvolveu uma eleição virtual utilizando-se de personagens lúdicos elaborados por turmas escolares. Anteriormente a essa atividade criativa, os professores selecionados para participar do projeto receberam orientação e ministraram conteúdos relacionados à democracia, representatividade, voto e participação popular. No sentido de conhecer o nível de letramento políticos dessas crianças antes das ações didáticas, foram aplicados questionários, que aqui são analisados em parte. Nas duas edições, apesar de mantidas as mesmas temáticas do projeto, algumas questões foram acrescentadas e outras sofreram alteração de formato - de abertas para fechadas, por exemplo.

Quadro 1: Quantitativo de respondentes na edição de 2010

Cidade e Estado	Escola	Número de educandos	Série	Idade aproximada
Salvador (BA)	Escola de Educação Básica e Profissional – Fundação Bradesco (Instituição particular)	80	5ª	10
Araraquara (SP)	Colégio Progresso de Araraquara (Instituição particular)	58	6ª	11
Araçatuba (SP)	Escola Estadual Prof. Ary Bocuhy (Instituição pública)	75	8ª	13
Manaus (AM)	Centro Educacional Adalberto Valle (Instituição particular)	87	9ª	14
Total de educandos		300		

Fonte: elaboração do próprio autor.

Quadro 2: Quantitativo de respondentes na edição de 2012

<b>Cidade e Estado</b>	<b>Escola</b>	<b>Número de educandos</b>	<b>Série</b>	<b>Idade aproximada</b>
Brasília (DF)	Escola Classe 206 Sul (Instituição pública)	15	5 <sup>a</sup>	10
Corbélia (PR)	Colégio Estadual Amâncio Moro (Instituição pública)	25	6 <sup>a</sup>	11
Camboriú (SC)	Centro Educacional Recriarte (Instituição particular)	99	6 <sup>a</sup> / 7 <sup>a</sup> / 8 <sup>a</sup>	11 a 13
Piedade (SP)	Escola Estadual Professora Maria Ignês Araújo Paula Santos (Instituição pública)	79	9 <sup>a</sup>	14
Total de educandos		218		

Fonte: elaboração do próprio autor.

Este levantamento de dados não se baseou numa amostragem probabilística. Assim sendo, a análise dos dados apenas pôde ser feita de forma agregada, sem serem consideradas, em todas as questões, as variáveis de série/idade e sexo. Entretanto, no sentido de facilitar uma melhor compreensão dos dados a serem apresentados, segue-se o percentual<sup>2</sup> de educandos por série que compuseram esta sondagem: 5<sup>a</sup> - 18,33% / 6<sup>a</sup> - 22,39% / 7<sup>a</sup> - 6,33% / 8<sup>a</sup> - 20,84% / 9<sup>a</sup> - 32%. Neste levantamento, 37,5% são provenientes de escolas públicas e 62,5%, aproximadamente, de escolas particulares. Neste reduzido espaço de um artigo, busca-se apontar os principais pontos observados em algumas das temáticas abordadas no levantamento, sem adentrar em grande medida nos detalhamentos por variáveis. É provável que uma análise do letramento político do público infantojuvenil brasileiro com base em amostragem estatística nunca tenha sido realizada. Os resultados deste breve estudo são um indicativo para a necessidade de analisar cientificamente os conhecimentos e atitudes das crianças quanto à política em nível nacional e, ao mesmo tempo, esperam poder contribuir para a elaboração de políticas educacionais nessa área.

Na edição de 2010, as crianças foram questionadas se sabiam o significado de democracia e foram solicitadas a dar uma explicação, caso soubessem. Percebeu-se uma vinculação simbólica direta entre o processo eleitoral e a democracia, pois praticamente 40% das respostas continham essa categoria de análise. Em grande parte dessas respostas, democracia aparece como sinônimo de um dos elementos do processo eleitoral (direito de votar, poder de escolha, etc.). Outra categoria relevante é “atores, sujeitos e agentes”, com destaque para o descritor relativo a “direito e justiça” que está presente em 19% dos questionários

<sup>2</sup> Os 99 respondentes de Camboriú (SC) não tiveram suas turmas identificadas em cada questionário. Em vista disso, para efeito de demonstração quantitativa aproximada do público participante, considerou-se um terço para cada uma das séries (6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>).

analisados naquela edição. Destaca-se, porém, que em alguns momentos essas duas categorias foram identificadas nas mesmas questões, pois muitas crianças descrevem a democracia como o direito de votar e de se candidatar. Apesar de 74,5% dos respondentes relatarem saber o que é democracia, esta é percebida mais como uma possibilidade de escolha de representantes, por meio de eleições, como se percebe nessa resposta: “Ato de cidadania que acontece de 4 em 4 anos quando acontece a eleição” (BA-153)<sup>3</sup>.

Essa temática foi abordada de forma indutiva na edição de 2012, por meio de uma lista de elementos e uma escala de intensidade, haja vista a diversidade de respostas na questão aberta utilizada em 2010 e a complexidade da análise a partir da quantidade de informações obtidas. A escala de intensidade foi a seguinte: “tudo a ver” (forte relação), “mais ou menos” (média relação) ou “nada a ver” (nenhuma relação). Buscou-se nessa questão verificar principalmente se as crianças percebiam a relação direta entre democracia e os seguintes elementos: política, Câmara de Vereadores, eleições, Câmara dos Deputados e participação do povo na política.

Apesar da diferente abordagem nessa edição, os resultados apresentam congruência em relação a 2010. De forma recorrente, o processo eleitoral (eleições) teve destaque, pois 64% percebem total relação deste elemento com a democracia, 71% percebem forte relação da ‘política’ e 60% percebem nessa intensidade a relação da ‘participação do povo na política’. Com menor intensidade, ‘Câmara de Vereadores’ e ‘Câmara dos Deputados’ são relacionadas à democracia, variando de 47% a 52% os que percebem como forte relação. A partir desses dados, depreende-se que praticamente metade dos estudantes acredita haver uma relação fraca ou nenhuma relação entre o Poder Legislativo e a democracia, reforçando a percepção de um desconhecimento desse público em relação a um dos pilares do regime democrático.

“Enquanto em 2010 uma parcela de 25,5% dos estudantes afirmou não saber o que significa democracia, em 2012 uma maior porcentagem não reconheceu a correlação direta e intrínseca entre temáticas que fazem parte do mesmo universo simbólico — ainda que parte significativa deste último grupo tenha demonstrado perceber alguma relação entre essas temáticas.” Disso se infere uma falta de conhecimento sistematizado sobre política, de forma geral, no público sondado. Nesse sentido, o desconhecimento da existência de uma vinculação estreita entre o Poder Legislativo e a democracia aparenta ser uma consequência desse contexto.

Ainda na mesma edição de 2010 do Projeto Eleitor Mirim, as 300 crianças foram questionadas quanto ao conhecimento em relação a algum político e quais atividades que eles desenvolvem. Aproximadamente 30% das crianças relataram não conhecer nenhum político, e a mesma porcentagem não soube relatar atividades desses sujeitos sociais. Em contraponto, 68%

---

<sup>3</sup> Os questionários foram numerados e identificados por siglas dos estados, com o objetivo de evitar a identificação individual das crianças na apresentação dos resultados e, ao mesmo tempo, possibilitar a recuperação de informações na documentação da pesquisa.

afirmaram que possuem informação sobre algum político e, no universo pesquisado, 46% descreveram alguma atividade ou função exercida. Entre todos os respondentes, 17% citaram apenas o cargo exercido (prefeito, governador, etc.). Entre as atividades relatadas, destacaram-se em ordem crescente: constrói obras, legisla, ajuda e melhora.

Destaque-se que a ação legislativa teve presença relevante apenas em uma das quatro escolas, o Colégio Progresso de Araraquara. Os estudantes relataram ter realizado uma visita pedagógica à Câmara Municipal, onde foram recebidos pela vereadora Presidente daquela casa legislativa. Com exceção dessa escola, percebe-se uma diversidade de visões que pode indicar que esse tipo de conhecimento não faz parte do ambiente escolar das crianças participantes do levantamento.

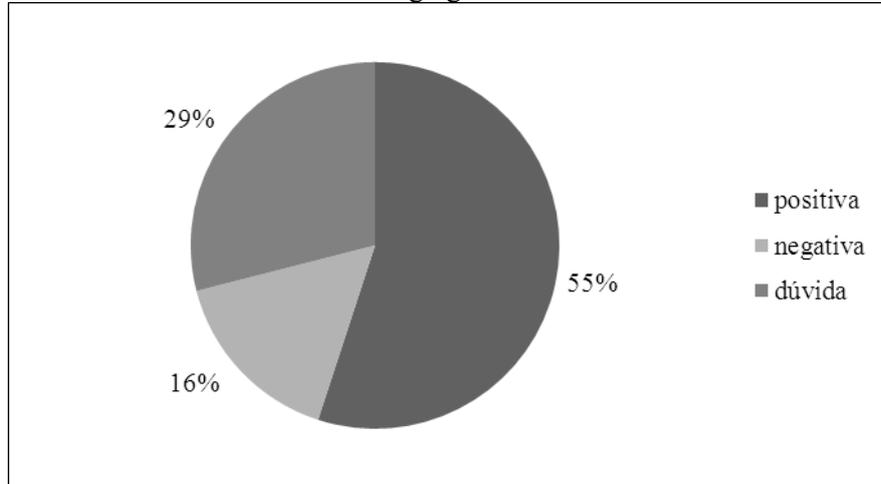
O número de crianças que não tem nenhum conhecimento sobre políticos e suas atividades é alto, aproximadamente um terço. Somando-se aquelas que apenas souberam citar o cargo político ou apenas relataram o nome de algum político, sem relatar nenhuma atividade, chega-se à metade dos estudantes. De forma recorrente em diferentes questões deste estudo, fica evidente o desconhecimento dos estudantes em relação às atividades e atribuições do Poder Legislativo em todos os níveis.

Outro fator social presente de forma relevante vem a ser a visão de direitos sociais básicos, a exemplo daqueles representados pela assistência social, como benesses resultantes da ajuda espontânea do político, conforme se verifica nas seguintes respostas: “Sim, ele cuida da população e ajuda os necessitados (*sic*). João Henrique” (BA-18) e “Sim, ele ajuda as pessoas com alimentos e frutas para comer” (SP-ABA-64).

A função essencial dos agentes políticos do Executivo, de administrar os serviços públicos, não teve destaque. Apareceram também em poucas respostas atividades inerentes ao Poder Legislativo, como de elaboração de leis, com exceção das respostas de Araraquara, pelo motivo identificado anteriormente. A atividade de fiscalização e acompanhamento da execução orçamentária não foi listada entre as atividades típicas da política por nenhuma das crianças. Os dois levantamentos, em 2010 e 2012, incluíram a seguinte pergunta: “Você acha que a política tem alguma coisa a ver com a sua vida?” As respostas tiveram leve diferença. É necessário destacar, porém, que também foi revisado o segundo questionário, para utilizar uma linguagem mais próxima do cotidiano dos estudantes e, ao mesmo tempo, oferecer uma delimitação mais exata entre as alternativas. Assim, as respostas *sim* e *não* foram substituídas por “tudo a ver” e “nada a ver”. A terceira alternativa —“ainda não pensei sobre isso” — foi mantida. Após essa alteração, que solicitou uma posição mais assertiva dos estudantes sobre a relação entre a política e suas vidas, ampliou-se em grande medida a quantidade de respostas nessa última alternativa citada, que representa a dúvida ou mesmo falta de conhecimento,

passando de 20% em 2010 para 42% em 2012. As respostas positivas, *sim* e *tudo a ver*, variaram de 64% para 43%, ao passo que as respostas negativas, *não* e *nada a ver* permaneceram exatamente na mesma proporção de 16%.

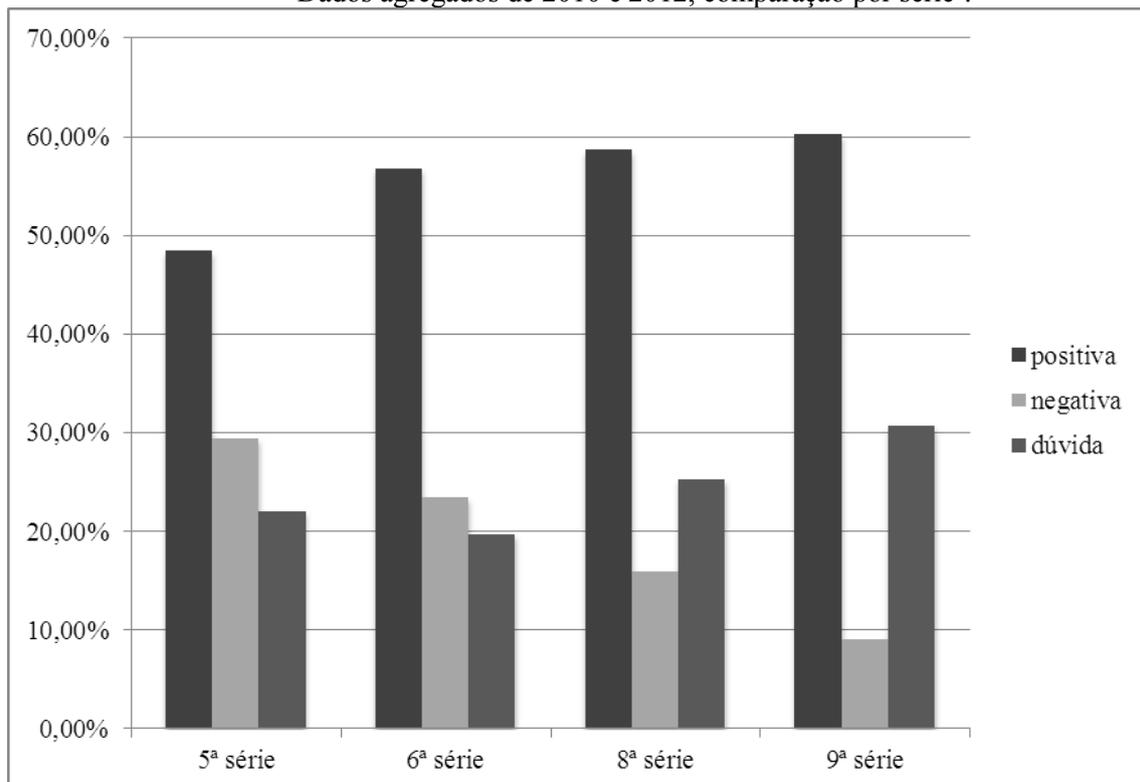
Gráfico 1 – Você acha que a política tem alguma coisa a ver com a sua vida?  
Dados agregados de 2010 e 2012.



Fonte: elaboração do próprio autor.

A resposta que representa a dúvida ou desconhecimento sobre as relações entre a realidade imediata e a política e a resposta que consiste em negativa direta, quando somadas, correspondem a 45% do total.

Gráfico 2 – Você acha que a política tem alguma coisa a ver com a sua vida?  
Dados agregados de 2010 e 2012, comparação por série<sup>4</sup>.



<sup>4</sup> Neste demonstração foram excluídos os dados de uma das escolas da edição de 2012 (Criciúma/SC) já que os 99 questionários de 3 turmas de diferentes séries (6ª, 7ª e 8ª) não tinham essa identificação.

Fonte: elaboração do próprio autor.

É possível perceber nesse gráfico um leve crescimento da percepção da relação entre o contexto do educando e a política, acompanhado de uma diminuição sensível da negativa dessa relação. Entretanto, cresce de aproximadamente 20% nas turmas de 5ª e 6ª série para 30% nas turmas de 9º ano a dúvida quanto a essa relação, o que representa um contrassenso, já que seria lógico esperar uma melhora nessa percepção conjuntamente com uma diminuição da dúvida quanto à importância da política para cada indivíduo. É necessário destacar que as idades dessas crianças e pré-adolescentes variam de 7 a 14 anos, haja vista o início da escolarização acontecer dos 4 aos 6 anos.

A partir desses dados é possível afirmar que a educação política no contexto das crianças estudadas carece de um maior esforço metodológico, já que relevante parte dos estudantes desconhece de que forma a política pode influenciar sua vida, ou mesmo acredita que não existe relação nenhuma desse campo com seu cotidiano.

## 5 Conclusões

A desconfiança em relação à política também ocorre no público infantil e infantojuvenil, de forma correlata ao que Moisés verifica em estudos com adultos. Em algumas respostas abertas percebe-se uma aversão, e até mesmo uma revolta, ao se desqualificar os políticos e a própria política de forma geral, com ampla presença do fator corrupção como motivador desse sentimento.

É possível concluir que a ampla comunicação realizada no período eleitoral tem forte influência no conceito de política desse público, já que fatores relacionados às eleições estão repetidamente presentes nas respostas, seja na definição de democracia, seja na descrição das qualidades ideais que os políticos devem ter. Essa constatação reforça a ausência de temáticas diretamente relacionadas à política no ambiente escolar, já que conteúdos mediatizados a cada dois anos nas eleições influenciam fortemente a formação dessa opinião, em contraponto com os conteúdos diariamente ministrados no ambiente escolar. Esse ambiente, de certa forma, repele a reflexão sobre a função da política e acaba por reproduzir a negatividade socialmente atribuída a esse campo.

Para ampla maioria do público analisado, a participação popular na política está limitada à escolha de representantes, e as exigências para com os candidatos têm baixo nível, pois as crianças priorizam, de forma predominante, a honestidade e o cumprimento de promessas. Dessa forma, a efetividade e a eficiência da gestão pública para garantir os direitos sociais básicos não se apresentam e, quando alguns direitos são apontados, estão relacionados a uma visão clientelista da assistência social.

Percebe-se que a escola não oportuniza informações sistematizadas aos estudantes

acerca da democracia e das funções das instituições que a suportam. Somando-se isso à maneira como a grande mídia aborda a política, o resultado é o predomínio de uma visão negativa e até aversiva com relação aos atores políticos e a esse campo social. Especialmente, o Poder Legislativo tem sua atribuição pouco considerada, pela maior complexidade de sua atividade e pela centralidade simbólica que o Poder Executivo mantém no presidencialismo.

Leituras diferentes da atividade política poderiam ser oportunizadas a partir do fortalecimento de um sistema público de comunicação. Outra forma de oferecer uma maior diversidade de percepção das crianças sobre essa temática é a apropriação crítica e expressiva de veículos de comunicação como estratégia educacional. Essa ação integrada ao âmbito das instituições políticas locais tem um grande potencial esclarecedor e de conscientização. Ao manter a educação formal com ênfase propedêutica e conteudista, reforça-se a alienação e a passividade.

A manutenção da democracia depende da consciência dos seus cidadãos, tanto para a participação ativa, como para a legitimação das suas instituições mantenedoras. A educação política é um direito democrático de cada criança, e a educação formal é o ambiente privilegiado para a formação dos valores e conhecimentos republicanos imprescindíveis ao aprimoramento da democracia.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 38, dez. 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451996000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 mar. 2012.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DANTAS, Humberto. Apresentação: o caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil In: DANTAS, Humberto et al. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Cadernos Adenauer, ano 11, n. 3, 2010. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_20865-1522-5-30.pdf?110126203836](http://www.kas.de/wf/doc/kas_20865-1522-5-30.pdf?110126203836)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 20 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação, 1.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

MIGUEL, Luiz Felipe. **A mídia e o declínio da confiança na política**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n<sup>a</sup> 19, jan./jun. 2008, p. 250-273.

MOISÉS, José Álvaro. **Os significados da democracia segundo os brasileiros**. In: *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n.2, p. 269-309, nov. 2010.

NIEMI, R. G.; JUNN, J. Que tipo de conhecimento é necessário para fortalecer a cidadania nos Estados Unidos da América? In: ALBALA-BERTRAND. L. (Org.) **Cidadania e Educação: rumo a uma prática educativa**. Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas-SP: Papirus; Brasília-DF: Unesco, 1999.

RODRIGUES, M. R.. **O papel da imprensa na qualidade democrática – Uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais**. Tese de doutorado defendida pelo Iesp-Uerj em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/teses-online/ciencia%20politica/2010/Malena%20Rehbein%20Rodrigues.pdf>

Artigo recebido em: 31/01/2014

Artigo aceito para publicação em: 23/04/2014